

Revolução liberal, ilusão e bravata

» SACHA CALMON
Advogado

Paulo Henrique Rodrigues Pereira é Sócio da Laclaw. Visiting fellow do Department of History (Harvard University) e do Afro Latin American Research Institute (Hutchins Center, Universidade de Harvard) para o ano de 2020/2021. É doutorando em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Dele as ideias que ora darei à estampa!

O debate econômico marcou profundamente o último século da política brasileira de forma tão acentuada, que momentos existiram em que ministros da Fazenda foram tão importantes, que acabaram emprestando legitimidade aos presidentes da República.

No regime militar, quando os setores mais conservadores começavam a ver abalada sua fé na ditadura, Delfim Netto usava o seu “milagre” para dar uma sobrevida ao governo dos generais presidentes.

Até Getúlio Vargas buscou acalmar as elites produtivas dando a chave do tesouro a Horácio Lafer, um príncipe da indústria paulista que prometia uma conciliação entre desenvolvimentismo e liberalismo.

Paulo Guedes entrou nessa seleta lista ao ingressar na “Aventura Bolsonaro”, descendo do pedestal de uma posição consolidada no mercado financeiro para endossar uma candidatura, no mínimo, curiosa. Justificou sua escolha prometendo uma revolução que não houve.

A sua tese era simples. O Brasil teria parado de crescer pelo aumento do seu custo de produção, cujo principal fator seria justamente a carga tributária (o custo tributário sugeria recursos da sociedade, à impedindo de investir e crescer). A solução? Retomar ao patamar fiscal dos anos 80, reduzindo os tributos a 20% do PIB. Ao ser perguntado como faria isso, Guedes costumava subir o tom e acusava seus entrevistadores de serem pouco ousados, atribuindo aos jornalistas as máculas da macroeconomia brasileira.

A sua promessa, abstrata, era de redução dos gastos do governo e dos déficits fiscais com reformas, privatizações e liberalizações na economia. Com um custo menor, os tributos poderiam ser reduzidos.

Não é exagero dizer que a gestão Bolsonaro caminha para seu fim. Vale perguntar: qual o tamanho da revolução fiscal de Guedes?

Não é segredo para ninguém que o sistema tributário brasileiro, seus problemas não se resumem à parcela que o Fisco arrecada. O sistema brasileiro

é injusto e complexo: dezenas de tributos se acumulam, com regras diferentes, entre os três entes federativos, gerando dúvidas, conflitos e dificuldades para o exercício da apuração e do recolhimento destes. Um estudo do Banco Mundial mostrou que o Brasil ostenta a nada confortável posição de ser o 184º país - entre 190 - de uma escala que avalia a facilidade de operar o sistema tributário.

A discussão sobre o tamanho da carga tributária nacional é complexa e envolve um interessante debate sobre o tipo de rede governamental que os brasileiros entendem que o Estado deve prover. Não há debate, entretanto, sobre a disfuncionalidade do sistema e a irracionalidade de submeter cidadãos e empresas a uma operação de dezenas de tributos, com regras, documentos e obrigações acessórias distintas. Existem “taxas” que são impostos estaduais...

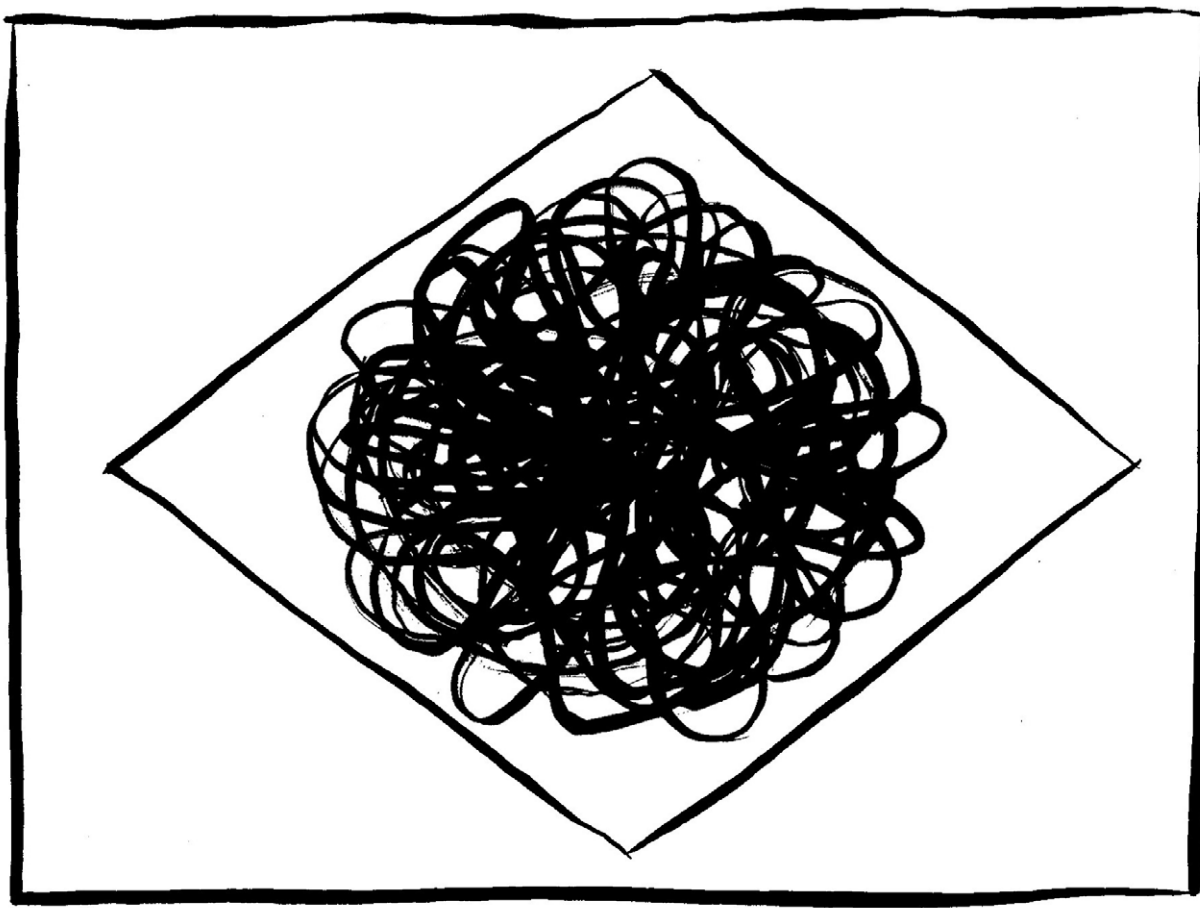
Corre por fora o fato do Brasil ter um sistema regressivo, onde pobres costumam recolher muito mais do que às parcelas mais favorecidas relativamente falando! O princípio da capacidade contributiva é superado pelos impostos indiretos embutidos nos preços dos bens e serviços, gás e de energia.

No começo do atual governo, existiam ao menos dois projetos que prometiam uma reforma estrutural dos tributos: concentração de

cobranças, com reunião dos tributos sobre consumo; padronização das regras de apuração; criação de um tempo longo de adaptação; maior transparência na aplicação dos regimes de apuração. Muitos poderiam dizer que as ideias eram descoladas das realidades do setor produtivo.

Timoneiro da nau bolsanarista, Guedes resolveu ignorar a existência dos debates que o antecederam, sob a promessa de entregar à sociedade brasileira uma nova reforma tributária. O ministro nunca foi claro, mas é de se imaginar que pudesse achar as propostas em curso no Congresso, tímidas demais. Não promoviam a tal revolução liberal que ele prometera aos brasileiros. Completando 36 meses na cadeira mais importante da economia do Hemisfério Sul, Guedes minou os caminhos que já existiam, desautorizando os negociadores políticos a trabalharem sobre os textos em análise na Câmara e no Senado, e não apresentou nenhum novo.

A tal revolução liberal se resumiu à tentativa de unificação de duas contribuições que já são, na prática, apuradas como uma (PIS e Cofins) e uma mudança pontual no Imposto de Renda. Ambas deram errado. Talvez a sua mais destacada atuação tenha sido o seu apoio velado à volta da CPME, que acabaria não acontecendo pela falta de coragem do ministro.



G O M E Z

Desafios da educação em 2022

» CLAUDIA COSTIM
Diretora do Centro de Políticas Educacionais da FGV e professora visitante da Faculdade de Educação de Harvard

Depois de quase dois anos letivos inteiros sem aulas presenciais por causa da crise da covid, grandes desafios se apresentam à educação em 2022. Afinal, com a reduzida conectividade, falta de equipamentos e livros em domicílios de alunos oriundos de famílias vulneráveis, não ocorreram apenas perdas significativas de aprendizagem na educação básica, mas um aprofundamento das desigualdades educacionais previamente existentes.

As escolas particulares ficaram menos tempo fechadas, e nelas o acesso dos alunos à conectividade e material para estudo foi expressivamente maior. Além disso, a presença dos pais, muitos em teletrabalho e a adequação do ambiente para uma aprendizagem mais efetiva permitiram certa redução das insuficiências educacionais.

O cenário nas escolas públicas, onde estudam cerca de 81,4% dos alunos de educação básica, foi bem diferente. Apesar da vacinação dos professores, com duas doses, o que poderia permitir uma reabertura segura das escolas no final do primeiro semestre ou no início do segundo, muitos prefeitos, na falta de uma coordenação nacional da resposta educacional à covid-19, não fizeram os investimentos necessários na infraestrutura das escolas ou na necessária contratação de professores. Isso retardou ainda mais a volta ao presencial.

Não é por acaso que o último Enem teve tão poucos inscritos. Com a dificuldade de aprender em casa sem conectividade ou equipamentos, somada ao desengajamento de um processo extremamente desafiador e à pressão por trabalhar, muitos alunos desistiram de prestar o exame. Além disso, com a cruel punição aos beneficiários da isenção da taxa de inscrição que não compareceram à prova em janeiro, mês de pico da pandemia, outros tantos pararam de se preparar. Quando a justiça derrubou a decisão do MEC, já era tarde demais. Com isso o potencial de acesso de jovens mais vulneráveis ao ensino superior se reduziu de maneira importante.

Nesse contexto, no ano de 2022, teremos que tornar equidade uma obsessão e enfrentar a crise de aprendizagem que acometeu a todos, mesmo que de maneira desigual. Para tanto, precisamos estruturar um sistema sólido para recuperar as aprendizagens perdidas, ao mesmo tempo em que avançamos na implementação da Base Nacional Comum Curricular que, apesar de prevista na Constituição, o Brasil levou tanto tempo para elaborar e depois converter em currículos estaduais e municipais.

Afinal, os países que contam com bons sistemas educacionais contam, todos eles, com currículos nacionais ou, no caso do Canadá, provinciais. Só com uma definição clara do que se deve aprender, podem-se assegurar direitos de aprendizagem para todos, como estabelece o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4, de que o Brasil é signatário, comprometendo-se, assim, a assegurar educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos.

Mas há outro desafio para 2022 que precisa ser enfrentado na educação básica: a implementação do Novo Ensino Médio. O Brasil vinha, até a pandemia, apresentando melhoras em aprendizagem no ensino fundamental 1 a cada edição da prova nacional aplicada a cada dois anos e, nas últimas cinco, também no fundamental 2. Mas o ensino médio vinha estagnado num patamar baixíssimo. Em 2019, finalmente, houve uma melhora digna de ser celebrada, resultante tanto da chegada a essa etapa de escolaridade de alunos que se beneficiaram, entre outros avanços, de um ano a mais no ensino fundamental, quanto do aumento de escolas de ensino médio em tempo integral.

O Novo Ensino Médio, aliás, lida com dois fatores que fazem da nossa educação secundária um exemplo negativo entre países de mesmo nível de desenvolvimento: excesso de disciplinas e limitação na jornada escolar. São 13 matérias comprimidas em cerca de 4 horas e meia de aulas.

Em 2022, a primeira série do ensino médio começa a ser regida pela lei que estabelece que o aluno terá progressivamente mais tempo de aula e a possibilidade de escolha de áreas de aprofundamento, como nos países com bons sistemas educacionais. Não será fácil para redes públicas e escolas particulares, com uma operação logística complexa num ano já bastante desafiador, mas valerá o esforço, afinal, somos o 12º país em PIB e não podemos pensar pequeno.

É bom lembrar também que completamos neste ano 200 anos de independência e que soberania nacional se concretiza com uma sociedade coesa, educada para a autonomia e para a cooperação na solução dos problemas complexos que teremos que enfrentar neste século.

A renovação que fortalece a agricultura brasileira

» MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES
Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

Apesar de ainda sofrer os efeitos da pandemia, a agricultura brasileira encerrou o ano de 2021 dando mostras de vitalidade em duas frentes importantes — na velocidade de recuperação de empregos e na atração de jovens mais qualificados. Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostram que chegamos ao terceiro trimestre de 2021 com uma população ocupada na agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura que chegou a 9 milhões — ante os 8,5 milhões registrados no terceiro trimestre de 2019.

Além de liderar o ritmo de geração de empregos dentre dez atividades analisadas pelo IBGE, o campo está ficando também mais jovem e escolarizado, de acordo com resultados da consultoria IDados, obtidos a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, que mostra termos alcançado o maior número de trabalhadores rurais com até 29 anos — 2,2 milhões. Recorde que ajudou a dobrar, em nove anos, o número de trabalhadores na agricultura com pelo menos ensino superior incompleto.

Ainda não existem estudos que expliquem o ritmo mais acelerado de geração de empregos, renovação e melhor qualificação dos trabalhadores do campo quando o Brasil ainda sente os impactos da crise sanitária. No entanto, é possível especular que a natureza essencial da produção de alimentos, com atividades desenvolvidas principalmente em áreas abertas, tornou a agricultura menos suscetível aos impactos da pandemia e mais visível para a sociedade. Ademais, a elevação da demanda por alimentos, em âmbito global, aqueceu preços e ampliou oportunidades de emprego no campo.

A ampliação do acesso ao ensino superior nas últimas décadas contribui para a elevação da oferta de profissionais mais qualificados, muitos atraídos para o agronegócio, que passa por

substancial modernização no Brasil. Modernização explicada por automação, incorporação de insumos e processos avançados, além de práticas gerenciais mais coerentes com as demandas de consumidores mais informados e exigentes. E por ter alcançado a posição de grande exportador de alimentos, o Brasil se vê também exposto a mercados muito competitivos, o que estimula a profissionalização da sua agricultura.

Uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio (AB-MRA), em 2017, ouviu 2.835 agricultores em 15 estados de todas as regiões do país, e verificou que a idade média dos produtores rurais é decrescente, de 46,5 anos, que é 3,1% menor que no estudo anterior, realizado em 2013. E 21% desses produtores têm curso superior, especialmente agronomia (42%), veterinária (9%) e administração de empresas (7%). A pesquisa verificou ainda que a presença da mulher em funções de decisão nos empreendimentos rurais vem crescendo de forma substancial em anos recentes.

Tais constatações nos mostram que a agricultura do Brasil tem alta capacidade de se reinventar e se ajustar para um futuro que demandará bom balanço entre profissionais mais maduros e experimentados e profissionais jovens, bem formados e interessados em fazer carreira no campo. Essencial, também, será a disponibilidade de indivíduos com habilidades empreendedoras e colaborativas, além de ambição e valores convergentes com aqueles priorizados pela agenda do desenvolvimento sustentável, que define cada vez mais as prioridades da agricultura e do sistema alimentar em todo o mundo.

Já nos damos conta de que a substituição de preocupações predominantemente econômicas por preocupações ambientais e sociais irá moldar a agricultura do futuro, tanto pela decisão de uma sociedade mais urbana, informada

e exigente, quanto pela pressão de investidores mais conscientes, que forçarão empresas e negócios a buscar sintonia com a sustentabilidade. Uma agricultura renovada e sintonizada com a agenda global de desenvolvimento será essencial para que o Brasil ocupe posição de destaque em mercados cada vez mais centrados em investimentos sustentáveis.

Mas a superação de passivos associados ao desmatamento e à expansão exagerada de monoculturas ainda é necessária para acelerar a atração de tais investimentos. A expansão de uma agricultura mais diversificada e sistêmica, com modelos de produção integrada, associados a marcas-conceito, como “carne carbono neutro” e “soja baixo carbono” — desenvolvidas pela Embrapa — além de maior disseminação do uso de bioinsumos e bioprocessos de baixo impacto, são bons exemplos de avanços que atrairão investimentos sustentáveis para o país.

O Brasil é também um dos poucos países com possibilidades de contribuir de forma concreta para a descarbonização de indústrias importantes, na área de energia, química e materiais, que poderão, associadas a uma agricultura de biomassa, transitar de modelos de produção de base fóssil para produção de base renovável, de baixa emissão. Oportunidade de bem posicionar a agricultura no cumprimento das metas de mudança climática do Acordo de Paris, que exigirá crescimento dos mercados voluntários de carbono em 15 vezes até 2030 — e 100 vezes até 2050 — a partir dos níveis de 2020.

Uma agricultura renovada e mais permeável à agenda global de desenvolvimento poderá abrir caminhos novos e até inusitados para o Brasil — como a produção de “safas de carbono”, com ganhos nas dimensões econômica, ambiental e de imagem perante um mundo cada vez mais ávido por sustentabilidade.